

EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E
CONJUTURA POLÍTICA

Um Periódico do Grupo de Pesquisa "Opinião Pública:
Marketing Político e Comportamento Eleitoral"

Ano 2 - N.12
Dezembro de 2010
ISSN: 2176-4883



DOSSIÊ

PARA ONDE PODERÁ IR O BRASIL? OS DESAFIOS DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Cláudio André de Souza
Nilmário Miranda
Marlise Matos

Opinião

Aldo Duran Gil

Resenha

Bruna Braga de Noronha



O NOVO TEMPO DO PT: NOTAS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DE UMA ESTRELA

The new time of PT: Notes about the transformations of a star

Cláudio André de Souza

Universidade Federal da Bahia - UFBA

✉ clandresouza@gmail.com

Se o PT entender que o tempo não é crucial, vai se beneficiar muito com isso. O tipo de proposta do PT não é a Presidência da República. O importante são os meios para, na Presidência da República promover aquelas reformas a que ele se propõe. Só a Presidência da República, desligada do programa, poderia até ser uma armadilha para o PT. (Entrevista de Raymundo Faoro ao jornalista Mino Carta em 1989. FAORO, 2008, p. 123-124).

A literatura acadêmica mais recente sobre o Partido dos Trabalhadores (PT) tem gravitado em torno de uma constatação comum: o PT não é mais o mesmo. Programa partidário e de governo, alianças, organização interna, atuação parlamentar, representação política, análise de discurso e conteúdo, presença nos movimentos sociais e sociedade civil, gestão e decisões de governo, dentre outros, ensejam as diversas frentes de pesquisa sobre o partido.

Uma boa parte da agenda de pesquisa sobre o PT, com mais ou menos rigor teórico-analítico, depara-se com o desbotar da sua “vermelhidão”. A guisa de continuidade da produção das décadas de 1980 e 1990 sobre o partido, a literatura recente sobre o partido apresenta inovações. A ascensão do PT aos principais espaços decisórios da política brasileira é o mote central dos recortes de tais pesquisas, que não se limitam a obras publicadas. Na verdade, encontram-se depositadas em bancos de teses e dissertações das mais diversas universidades do país. Aliás, temos aos montes livros publicados sobre o PT, bem como ensaios, biografias, críticas, relatos jornalísticos sobre o partido e suas

personalidades centrais. Certamente, é um dos partidos mais estudados pelas Ciências Sociais até os dias atuais.

A eleição de Dilma Rousseff cristalizou a estratégia de ancorar o projeto político do PT mais ao centro e à direita, consolidando a parceria da legenda com atores que, até 2002, eram aclamados como os “reis do atraso”. O PT tem rotinizado alianças com antigos adversários à altura de uma família Sarney, agora denominados de “progressistas” e “populares” pelas altas cortes do partido. Por outro lado, estudos diversos sobre as coligações do período pós-2002¹ identificam a importância dada aos partidos tradicionais à esquerda na composição de coligações, como o PDT, o PSB e o PCdoB.

Estamos aqui a chamar a atenção para o debate de três questões que consideramos precípuas para a definição de um fundamento de análise “incontornável” a que as pesquisas sobre o PT estão a se submeter. Em primeiro lugar, a vitória eleitoral do PT está distante, por um lado, de uma vitória política. A vitória eleitoral do partido não é mimeticamente o êxito de um projeto estratégico. Setores do partido de modo geral – personalidades intelectuais e tendências internas – têm a consciência de que no PT e na coalizão montada nos dois governos Lula e agora, na sucessão do presidente, não figuram em absoluto as bandeiras mais estratégicas do partido. Não é à toa que o estatuto do partido e as resoluções dos seus grupos internos ainda pensam acerca de como o partido pode viabilizar o socialismo em intercâmbio com a democracia. Aliás, esse debate produziu uma rica literatura na década de 1980 e contou com o envolvimento de setores da academia na formulação de tal problemática. O apoio “crítico” que as hostes internas do partido tecem estrategicamente com as suas bases influem no comportamento dos movimentos sociais – bases marcantes do PT. Desse modo, não reflete uma “cooptação” por parte do governo, mas uma posição de apoio centrado em reivindicações e interesses apresentados criticamente ao governo. Vale ressaltar que boa parte dos movimentos sociais dispõe em suas fileiras de militantes de partidos, além de relacionarem com parlamentares e com quadros do governo.

Mas a tese da cooptação é, para nós, simplória e superficial, ao se distanciar de uma perspectiva comum dos movimentos sociais brasileiros e de outros países: eles não estão postos (há um tempo) de “costas” ao Estado. Essa

¹ Entendemos que o período recente vivido pelo partido tem seu ponto de partida em 2002. Conquanto saibamos que as resoluções de encontro e congresso do partido disposto entre a derrota de 1998 e a eleição de 2002 aponta uma guinada pragmática do partido para a ampliação do arco de alianças que levou Lula à presidência em 2002.

guinada à institucionalização, inclusive dos que viemos a chamar a algumas décadas de “novos movimentos sociais”, marca uma nova “agenda” de ação e organização, agora diante de novas tarefas de condução de projetos e recursos alocados em parceria com a máquina governamental. Desse cenário, advêm os novos espaços decisórios do partido: gabinetes, núcleos, “executivas” e bancadas. Esvaziam-se os fóruns, coletivos, plenárias, comissões, congressos, reuniões amplas, etc. É notório que o partido consolida as suas decisões em grupos cada vez mais seletos e marcados por uma rede de atores condicionados pela condição de ser governo. Sabemos na ciência política que não é novidade o “tempo político” de ser governo e oposição. Em que medida tal tendência assume uma condição mais adequada à realidade partidária nesses novos tempos? Os movimentos sociais silenciaram ou estão eles a “falar” de outra forma?

Uma questão candente ao novo tempo do PT: como estão a se mobilizar os grupos internos diante de uma estabilização pragmática do partido? A caminhar para três governos de coalizão e sob a luz de uma figura carismática e conciliadora como foi Lula, deve ser levado em consideração como está a pensar e a esboçar estratégias, os grupos internos do partido: as tendências. Estão a avaliar que os caminhos pragmáticos são programáticos?

Em segundo lugar, não podemos versar peremptoriamente sobre um afastamento espacial e político do PT em relação aos movimentos sociais e setores da sociedade civil como fazem analistas da grande imprensa. Esta problemática deve se ocupar de pesquisas para que não caiam na armadilha daquelas análises que consideram que o PT se afastou dos interesses e perspectivas dos movimentos sociais. A “parlamentarização” do PT não exclui os movimentos sociais da sua vida interna, mas, todavia, subordina-os a gravitar em torno de estruturas parlamentares fundamentais para acessar recursos, organizar mobilizações, vida interna e expressão de demandas. Um cenário de que há “vida” na relação entre o PT e os movimentos sociais pode ser sugerido pela atual formatação dos ministérios no futuro governo Dilma. As pastas a que cabe ao PT têm em sua natureza a representação dos anseios e interesses dos movimentos sociais, além de algumas áreas que o partido tem por trás uma rede de sindicatos e grupos organizados. A pasta de Justiça, Pesca, Direitos Humanos, Igualdade Racial, Mulheres, Educação e Ciência e Tecnologia estão ligadas a agendas de interesse, que expressam grupos que compõem a base social do partido desde a sua fundação (professores, Igreja, movimentos sociais, associações, ONGs, intelectuais, etc.). Os demais a serem ocupados pelo partido

cumprem papel de articulação política e formulação de políticas públicas. Estes são os casos da pasta de Desenvolvimento, Secretaria Geral e Casa Civil.

Por último, é hegemônica a atribuição – tanto de articulistas da grande imprensa quanto de algumas conclusões acadêmicas apressadas –, em relação ao “novo tempo do PT”. Este novo tempo seria dado por uma proximidade com partidos tradicionais, perdendo as características de “novidade” comuns ao período inicial de sua existência, como evidenciara estudos seminais de Keck (1991) e Meneguello (1989). Entendemos que o processo de transformação e “desbotamento” do PT é parte de um processo que deve ser ancorado em uma agenda de pesquisas rigorosa, que identifique esse processo como sendo constitutivo de um conflito disposto nos papéis e estratégias de suas correntes internas. As resoluções a serem tomadas nos próximos espaços do partido servirão como um bom ponto de partida para se compreender o porvir. As suas respectivas tendências internas estariam a compor um arsenal analítico para avaliar as ações e decisões do partido.

Um conflito parece surgir: como ficará o PT a capitanear um governo que estará mais próximo do conservadorismo de partidos do centro e da direita, ao mesmo tempo em que ocupará postos de menor relevância em termos de recursos e barganhas, mas de fundamental valor para a consecução dos interesses e bandeiras de movimentos sociais e de atores organizados da sociedade civil (Ministério das Comunicações, Cultura, dentre outros)?

Lula talvez gravite em torno do governo e, principalmente, tendo como *locus* o partido. Será fundamental na coordenação política (dois de seus auxiliares estarão próximos, ocupando postos estratégicos de coordenação do governo: Casa Civil e Secretaria Geral da Presidência). Lula da Silva tenderá a se aproximar do PT e de sua dinâmica organizativa, mas não será um mensageiro do partido, mas um presidente não-eleito do PT. Poderá provavelmente, ser o partido o principal espaço de ação e militância do ex-presidente, uma vez que ele estará sem mandato. Não é irreal pensar que Lula retornará com maior influência nas eleições de 2012, quando poderá embarcar pelo país a apoiar candidaturas de maior capital político e confluindo o petismo sob os auspícios do lulismo.

Singer (2010) tende a considerar o vigor atual da ambigüidade das duas almas do PT (a do Anhembi e a do Sion) como uma condição objetiva para a análise do partido. Compreendemos que as três questões aqui ora expostas são inconclusas, mas cercarão os estudos sobre PT.

Referências Bibliográficas:

FAORO, Raymundo. Entrevista. In: DIAS, Mauricio. (org.). *A democracia traída* Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008.

KECK, Margareth Elizabeth. *PT: a lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: A Formação de um Partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SINGER, André. A segunda alma do partido dos trabalhadores. *Novos estudos* - CEBRAP, São Paulo, n. 88, dez. 2010.